

**ECOS
DO
COMISSIONISMO
NO
BRASIL**





ORGANIZADORES
CARLOS ARTUR GALLO
ANDRÉS DEL RÍO
TATYANA DE AMARAL MAIA

ECOS DO COMISSIONISMO NO BRASIL

as comissões estaduais
da verdade, seus desafios
e seus legados





© Carlos Artur Gallo, Andrés Del Río, Tatyana de Amaral Maia, 2023

© Oficina Raquel, 2023

Editores

Raquel Menezes

Jorge Marques

Revisão

Oficina Raquel

Capa, Diagramação e projeto gráfico

Paulo Vermelho

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

E19 Ecos do comissionismo no Brasil : as comissões
estaduais da verdade, seus desafios e seus legados /
organizadores Carlos Artur Gallo, Andrés del Río e
Tatyana de Amaral Maia. – Rio de Janeiro : Oficina
Raquel, 2023.
214 p. ; 00 cm.

ISBN 978-85-9500-095-7

1. Comissões estaduais da verdade I. Gallo, Carlos Artur II. Río, Andrés del
III. Maia, Tatyana de Amaral.

CDU 353.075.2

Bibliotecária: Ana Paula Oliveira Jacques / CRB-7 6963



Mais que livros,
diversidade

R. Santa Sofia, 274
Sala 22 - Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, 20540-090
www.oficinaraquel.com
oficina@oficinaraquel.com
facebook.com/Editora-Oficina-Raquel





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 7

CAPÍTULO 1

Comissões da Verdade, “hierarquias de memória” e a ditadura de 1964 em Minas Gerais, 11

Fernando Perlatto

CAPÍTULO 2

A Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro: a memória do terror, 31

Nadine Borges

CAPÍTULO 3

Entrevista com Manoel Severino Moraes, 65

Cristina Buarque de Hollanda

CAPÍTULO 4

Memória e justiça: o papel da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) no educar para “Nunca Mais”, 91

Paulo Giovani Antonino Nunes

CAPÍTULO 5

Gênero ao sul: perspectivas sobre potencialidades e limites de uma categoria em construção no caso das Comissões Estaduais da verdade, 115

Paula Franco





CAPÍTULO 6

Comissões da Verdade no Brasil: um banco de dados em construção, 143

Giovana Lima Michelin e Christian Jecov Schallenmüller

CAPÍTULO 7

Um panorama da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça/RS: elementos para uma compreensão sobre a prática repressiva do Estado durante os anos de ditadura civil-militar, 169

Rafael Alexandre Silveira

APÊNDICE

Políticas de memória em unidades subnacionais: dados sobre as Comissões Estaduais da Verdade do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, 191

Carlos Artur Gallo, Caio Paglis Marques Plácido, Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes, Helena Klein Schenatto, Isabela Rodrigues do Nascimento, Isadora Vieira Chagas, Isadora Thomazi Mendes, João Yerab Moura Carneiro, Laura Feijó de Souza, Mariana de Lara Bueno e Rafael Alexandre Silveira

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES, 209





APRESENTAÇÃO

Em 1964, o Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a sofrer um golpe de Estado que resultaria na instalação de uma ditadura civil-militar alinhada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A partir de 1974, o país seria, igualmente, o primeiro a iniciar um processo de transição política que, apesar de “lento, gradual e seguro”, resultaria na controlada entrega do poder aos civis apenas em 1985. Curiosamente, o protagonismo brasileiro no que se relaciona ao início da ditadura e da transição para a democracia não se reverteu em protagonismo no estabelecimento de políticas de memória destinadas às vítimas.

Chama a atenção, nesse sentido, o fato de que o Brasil tenha sido o último dos países do Cone Sul a instalar uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos pela ditadura. Foi apenas em maio de 2012, passados 27 anos desde a saída do último ditador-presidente do Palácio do Planalto e quase 25 anos desde os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo Projeto de Lei fora sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em novembro de 2011 (através da Lei nº 12.528), iniciou, de fato, seus trabalhos.

Criar a CNV não foi uma tarefa fácil. Mesmo com a garantia de que a atuação da CNV seria limitada pela interpretação de que a Lei da Anistia havia perdoado os crimes cometidos pelos agentes da repressão, houve obstáculos. Setores das Forças Armadas tentaram dificultar o processo desde a sua criação, retardando a aprovação do texto final da





3ª edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que previu a sua instalação no país, até a sua atuação, deixando de cooperar tanto com a abertura ou localização de arquivos e informações relevantes como com as investigações realizadas entre 2012 e 2014 pelos integrantes da Comissão.

Poucos meses após a entrega do relatório final da CNV, em dezembro de 2014, uma desestruturante crise política teve início, resultando, em curto prazo, no Golpe parlamentar com máscara e fachada de *impeachment* que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República em 2015, e, em médio prazo, na prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e na eleição de um presidente de extrema direita em 2018. Neste percurso de erosão democrática, a disputa pela memória fortaleceu o discurso dos “empreendedores do esquecimento” e do revisionismo histórico, chegando a existir desde instituições públicas comemorações do Golpe de 1964 e exaltação do período ditatorial. O clima de militarismo expandido na sociedade sob a liderança do executivo nacional, a militarização dos espaços civis da administração pública e a criação de espaços estratégicos, como a implementação de escolas cívico militares, multiplicaram o cenário nacional verde oliva. Atualmente, no verão de 2023, e sob os auspícios de um novo Governo Federal, a maioria das recomendações da CNV segue aguardando pela sua concretização.

O Brasil, no entanto, – costuma ser repetido à exaustão – não é para amadores. Não deixa de ser curioso, nesse sentido, o fato de que o mesmo país que demorou mais de duas décadas para criar a CNV, e, logo após a entrega do seu Relatório Final vivenciou uma conjuntura política marcada por sucessivas crises, tenha assistido, a partir de 2012, a criação de dezenas de Comissões da Verdade estaduais, municipais, universitárias, sindicais e/ou comandadas por movimentos sociais. Denominado de Comissionismo¹, o fenômeno que se sucedeu à criação da CNV foi algo peculiar, se comparado à experiência de outros países que viveram sob ditaduras ou passaram por conflitos políticos em larga escala.

Talvez devido à crise política dos últimos anos ou, quem sabe, talvez devido ao destaque (compreensível) que os trabalhos da CNV

¹ Ver, sobre o tema: HOLLANDA, Cristina Buarque. Direitos Humanos e democracia. A experiência das Comissões da Verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.33, 2018, p.1-18.





Apresentação

receberam por parte da agenda de pesquisas, os estudos sobre as Comissões Estaduais da Verdade (CEV) ainda não avançaram com a mesma intensidade. É, precisamente, este o objetivo desta coletânea: contribuir para uma agenda de pesquisas sobre as CEV, analisando sua atuação e seu legado para a recomposição do passado recente e para a construção de estratégias visando a não-repetição.

Os capítulos que compõem a coletânea abrangem experiências das CEV que foram criadas em diferentes regiões do país. Os capítulos, ademais, dialogam entre si, tem diversidade, se reforçam, trazem inovações e dados importantes, contribuem fortemente para uma reflexão mais complexa sobre as comissões estaduais. Há capítulos, nesse sentido, que abordam especificamente o trabalho realizado pelas CEV da Paraíba, de Pernambuco, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Há, ainda, um capítulo que traça um panorama das Comissões criadas em unidades subnacionais em todas as regiões do país. Encerra a coletânea um Apêndice sobre as CEV da região sul do Brasil.

A origem da coletânea está associada aos trabalhos realizados no âmbito do Projeto de Pesquisa “Políticas de memória em unidades subnacionais: um estudo sobre os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná”, vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória da Universidade Federal de Pelotas (NUPPOME-UFPEL). Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), o projeto foi executado entre os anos de 2021 e 2023, sendo este livro um dos seus produtos. Registramos aqui o nosso agradecimento à FAPERGS pelo financiamento da pesquisa, assim como a todas e todos os autores de capítulos e integrantes da equipe do projeto que contribuíram para que a publicação fosse viabilizada.

Que este livro contribua não apenas para o não esquecimento, mas, sobretudo, para o fortalecimento da democracia.

Uma boa leitura a todas e todos.

Carlos Artur Gallo
Andrés Del Río
Tatyana de Amaral Maia
Organizadores

